



Do “embelezamento” às barricadas: a relação entre a Reforma Urbana Pereira Passos e a Revolta da Vacina (1904)

Del “embellecimiento” a las barricadas: la relación entre la Reforma Urbana Pereira Passos y la Revuelta de la Vacuna (1904)

E3_03 - Saberes técnicos, prácticas sociales y gobierno de la ciudad en Iberoamérica (siglos XVIII-XX)

Liebert Rodrigues

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. liebertrodrigues@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar a relação entre a Reforma Urbana Pereira Passos e a Revolta da Vacina, ambas ocorridas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. A primeira foi um conjunto de projetos e obras urbanísticas e sanitárias que abarcou a modernização da zona portuária e, ao mesmo tempo, o alargamento e “embelezamento” de avenidas e ruas da área central. Estas obras demandaram a demolição de inúmeras casas que serviam de residência às populações pobres das freguesias do centro da cidade, atingindo principalmente os cortiços e os quarteirões de casas operárias, assim como o desmonte de morros para construir aterros. Estima-se que, nesse processo, 1681 habitações foram derrubadas e quase vinte mil pessoas desalojadas. Assim, parte da população pobre que foi expulsa da área central se instalou em bairros mais afastados ou nas favelas próximas ao centro da cidade, contribuindo para a expansão das áreas favelizadas. Os fatores legitimadores desses planos e obras foram os discursos higienistas sobre a necessidade de saneamento e erradicação de epidemias no Rio de Janeiro, executado por meio de leis rígidas e de repressão. Já a Revolta da Vacina, ocorrida em 1904, é frequentemente interpretada somente como uma reação à obrigatoriedade da vacinação. No entanto, percebemos que isto foi apenas o estopim da revolta, em um cenário de crescente insatisfação popular. A revolta culminou em 5 dias de violentos confrontos nas ruas entre a população amotinada em barricadas e os aparelhos repressivos do Estado, evidenciando as tensões sociais exacerbadas pelas políticas públicas de urbanização em curso e o descontentamento da população mais vulnerável com as reformas urbanas.

Palavras-chave: reforma urbana; higienismo; segregação; revoltas.

Resumen: *El objetivo del presente trabajo es analizar la relación entre la Reforma Urbana Pereira Passos y la Revuelta de la Vacuna, ambas ocurridas en la ciudad de Río de Janeiro a comienzos del siglo XX. La primera consistió en un conjunto de proyectos y obras urbanísticas y sanitarias que incluyeron la modernización de la zona portuaria y, al mismo tiempo, el ensanchamiento y el “embellecimiento” de avenidas y calles del área central. Estas obras implicaron la demolición de numerosas viviendas que albergaban a las poblaciones pobres de las parroquias del centro de la ciudad, afectando principalmente a los conventillos y a las manzanas de viviendas obreras, así como el desmonte de cerros para la construcción de rellenos. Se estima que, en este proceso, fueron derribadas 1.681 viviendas y casi veinte mil personas fueron desalojadas. De este modo, parte de la población pobre expulsada del área central se instaló en barrios más alejados o en las favelas próximas al centro de la ciudad, contribuyendo a la expansión de las áreas favelizadas. Los factores legitimadores de estos planes y obras fueron los discursos higienistas sobre la necesidad de saneamiento y erradicación de epidemias en Río de Janeiro, ejecutados mediante leyes rígidas y mecanismos de represión. Por su parte, la Revuelta de la Vacuna, ocurrida en 1904, suele interpretarse únicamente como una reacción a la obligatoriedad de la vacunación. No obstante, se observa que esta medida fue solo el detonante de la revuelta, en un escenario de creciente insatisfacción popular. El levantamiento culminó en cinco días de violentos enfrentamientos en las calles entre la población amotinada, organizada en barricadas, y los aparatos represivos del Estado, poniendo en evidencia las tensiones sociales exacerbadas por las políticas públicas de urbanización en curso y el descontento de los sectores más vulnerables frente a las reformas urbanas.*

Palabras-clave: *reforma urbana, higienismo, segregación, revueltas.*

Introdução

As transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro na transição do século XIX para o século XX constituem um marco fundamental para a compreensão da formação socioespacial da cidade e das desigualdades que a caracterizam até os dias de hoje. Inseridas em um contexto de profundas mudanças estruturais — como o fim do regime escravista, a proclamação da República e o reajuste do papel do Brasil na economia capitalista internacional — essas intervenções urbanas expressaram, de maneira aguda, a articulação entre projeto político, ideologia de modernização e reorganização do espaço urbano. Nesse sentido, o estudo da chamada Reforma Urbana Pereira Passos e de seus desdobramentos permite compreender como a produção do espaço urbano foi mobilizada como instrumento de consolidação dos interesses econômicos e políticos das elites.

Diante disso, o presente texto tem como objetivo analisar o processo de reorganização do espaço urbano do Rio de Janeiro com a Reforma Urbana Pereira Passos, no início do século XX, e sua relação com a Revolta da Vacina, ocorrida em 1904. Busca-se demonstrar que tais eventos devem ser compreendidos de forma dialética, como expressões de um mesmo projeto de modernização autoritário, higienista e socialmente excludente. Ao articular a análise das intervenções urbanas de “embelezamento”, dos discursos higienistas e das formas de resistência popular, o texto pretende evidenciar como esse período foi decisivo para a consolidação de padrões de segregação socioespacial racistas e a emergência de contradições urbanas que se desdobram até hoje na cidade do Rio de Janeiro.

Antecedentes históricos

Sobre o contexto histórico da cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, Maurício de Abreu (2013) destacou a importância das transformações econômicas, políticas e sociais vividas no Brasil para a evolução urbana do Rio de Janeiro, começando pela Lei de Terras (1850), que reafirmou os latifúndios de origem colonial e dificultou as pequenas propriedades; a abolição da escravidão (1888), que reordenou o mundo do trabalho do regime escravista para o assalariado; a proclamação da República (1889) e, no contexto internacional, o início da Segunda Revolução Industrial nos países hegemônicos do capitalismo. Durante a chamada República Velha, o Rio de Janeiro seguia sendo a capital do país e acumulava ainda as contradições da herança colonial na cidade. No entanto, o Brasil, país de capitalismo dependente, tinha como paradigma a ser seguido a modernidade europeia cosmopolita. Abreu (2013) descreve como era a cidade do Rio de Janeiro nesse período:

Só a partir do século XIX é que a cidade do Rio de Janeiro começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais. Até então, o Rio era uma cidade apertada, limitada pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. Ocupava, entretanto, um chão duramente conquistado à natureza, através de um processo de dissecação de brejos e mangues que já durava mais de três séculos. Além dos morros havia apenas alguns tentáculos, que se dirigiam aos “sertões” do sul, do oeste e do norte. Era também uma cidade em que a maioria da população era escrava (sic). Quase que uma cidade de mercadorias. Poucos eram os trabalhadores livres, e reduzidíssima a elite administradora/militar/mercantil

que lhe dirigia política e economicamente. A falta de meios de transporte coletivo e as necessidades de defesa faziam com que todos morassem relativamente próximos uns aos outros, a elite local diferenciando-se do restante da população mais pela forma - aparência de suas residências do que pela localização das mesmas. (p. 35)

De acordo com Abreu (2013), até a segunda metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro foi predominantemente movida por duas lógicas distintas: a escravista e a capitalista – ambas autoritárias e violentas, cada uma à sua maneira, especialmente contra a população negra. O referido autor demonstrou que esta contradição começou a se acirrar na virada do século XIX para o XX, por conta de transformações profundas no espaço urbano. Uma dessas transformações foi a implantação de bondes e trens na cidade, que possibilitou a posterior separação das diferentes classes sociais que antes habitavam o centro da cidade. Esses sistemas de transporte se constituíram enquanto grandes impulsionadores da expansão da cidade em direção a diferentes frentes, onde

os usos e classes ‘nobres’ tomam a direção dos bairros servidos por bondes (em especial aqueles da Zona Sul), enquanto que para o subúrbio passam a se deslocar os usos ‘sujos’ e as classes, menos privilegiadas. (Abreu, 2013, p. 140)

Cabe dizer que esses sistemas de transportes, assim como diversas outras infraestruturas urbanas tais como iluminação e esgoto, por exemplo, foram administrados por companhias privadas de capital estrangeiro, que detinham monopólio sobre diversos serviços públicos urbanos na cidade (Del Brenna, 1985; Benchimol, 1992; Rocha, 1995).

Abreu (2013) demonstra que, ao mesmo tempo que os trens induziram a urbanização de áreas semi-rurais, os bondes foram prioritariamente instalados em áreas que já estavam sendo loteadas e urbanizadas na Zona Sul, Tijuca e Vila Isabel. O autor demonstrou que desde aquela época o capital investido nos transportes se articulava ao capital imobiliário, produzindo espaço urbano de maneira que um aumentasse a valorização do outro:

As áreas abertas pela ferrovia deveriam se destinar aos mais pobres, que para lá se deslocavam voluntária ou involuntariamente (guerra aos cortiços empreendida pelo Governo Municipal). Trem, subúrbio e população de baixa renda passavam a ser sinônimos aos quais se contrapunha a associação bonde/zona sul/estilo de vida ‘moderno’. Havia, entretanto, uma contradição nesse processo, que era a presença de bairros operários na Zona Sul, nas proximidades da Lagoa Rodrigo de Freitas. Permitir a instalação de ferrovias nessa área que, saneada, seria tão lucrativa como aquelas que lhe eram vizinhas, equivaleria a solidificar uma tendência não desejada. Isso explica, por exemplo, porque foi frustrada a construção da única estrada de ferro que atravessaria a Zona Sul da cidade (...) Evidentemente, a preservação da Zona Sul para as classes de renda mais alta seria violentada com o aparecimento, no século XX, das favelas. (Abreu, 2013, p. 57 a 59)

Na década de 1880 entrava em colapso o sistema escravista, modificando a estrutura das relações sociais de produção. Nesta mesma década, atividades industriais de baixa complexidade começaram a se expandir pela cidade. Naquele período, a maioria das fábricas se localizava no centro da cidade, que concentrava a maior parte da população e as atividades de comércio e serviços. Nesta mesma época se aumentou o fluxo de imigrantes estrangeiros para o

Rio de Janeiro, resultando em um crescimento populacional acelerado na área do centro da cidade, agravando o problema habitacional existente e provocando

o adensamento ainda maior dos cortiços e ao recrudescimento das epidemias de febre amarela que assolavam a cidade periodicamente. (Abreu, 2013, p. 57)

Os cortiços abrigavam a maior parte da população pobre da cidade, que estava concentrada principalmente no centro. Sabe-se que em 1890 os cortiços já concentravam uma população de aproximadamente 60.744 habitantes, representando 11,72% da população total da cidade do Rio de Janeiro, que era 518.292 habitantes (Carvalho, 1995).

A Reforma Urbana Pereira Passos (1902-1906)

O conjunto de projetos e obras urbanísticas e sanitárias ocorridas no Rio de Janeiro no início do século XX foram denominadas pela historiografia como *Reforma Urbana Pereira Passos*, ainda que não se tratasse de um projeto unificado e que outras figuras públicas tão relevantes quanto o prefeito Pereira Passos estivessem no comando dos planos executados. De acordo com Oswaldo Porto Rocha (1995), o presidente Rodrigues Alves tem o protagonismo do projeto político-administrativo que deu origem à chamada Reforma Urbana Pereira Passos. Político representante dos interesses das elites cafeicultoras, Rodrigues Alves tinha entre as suas diretrizes de governo a remodelação da capital, a modernização do porto para a exportação de bens primários (especialmente o café) e o incentivo à imigração europeia como política de embranquecimento racial. Assim, a chamada “reforma” se dividiu entre os setores federais e municipais, cabendo à esfera federal “*a construção do cais do porto, a conclusão do canal do Mangue, o arrasamento do morro do Senado, a abertura da avenida Central*” (Rocha, 1995, p. 58) e as chamadas “reformas sanitárias” conduzidas pelo médico higienista Oswaldo Cruz (Silva, 2019), e à esfera municipal, capitaneada por Pereira Passos,

a abertura da avenida Beira-Mar, a abertura de uma avenida ligando o Passeio Público ao largo do Estácio, e o alargamento de uma série de ruas no coração da cidade. (Rocha, 1995, p. 58)

Posto isto, o que se convencionou chamar de *Reforma Urbana Pereira Passos* pode ser sintetizado da seguinte forma:

A Reforma Urbana Pereira Passos foi uma tentativa de europeização e aburguesamento da cultura por meio de arquitetura, ideais e costumes. A Europa, especialmente as cidades de Paris e Londres, era tida como um modelo de civilização, progresso e modernidade a ser seguido. O progresso era sinal de desenvolvimento material; a civilização de comportamento pautado em um ideal burguês europeu; a modernidade no embelezamento e no saneamento relacionada a sair de um passado colonial e se adequar a um novo presente, certamente europeu. Dessa forma, as mudanças na capital tiveram um caráter urbanístico, sanitário e também comportamental, e a transformação da cidade se deu em um nível simbólico-espacial. Uma frase muito usual na época era “o Rio civiliza-se”, que demonstra todo esse imaginário. (Silva, 2019, p. 2)

Podemos apontar que a Reforma Urbana Pereira Passos foi posta em prática para: “limpar” a imagem do Rio de Janeiro, que tinha fama de ser foco de doenças mortais; reordenar a capital da República recém-proclamada, após o fim do Império monárquico, criando uma nova centralidade para a cidade; “embelezar” e “europeizar” a capital nos moldes *haussmannianos*; tornar o centro da cidade uma vitrine simbólica e concreta, com a construção de lojas, boutiques, cafés e teatros. Enfim, todas essas diretrizes convergiram no sentido de aburguesar o Rio de Janeiro, adaptando a cidade às novas demandas externas e internas de produção e circulação de capital. De acordo com Maurício de Abreu (2013), as transformações urbanas promovidas neste período acabaram por funcionar para conciliar as contradições entre a forma urbana de matriz colonial-escravocrata e a forma urbana burguesa.

A primeira década do século XX representa, para a cidade do Rio de Janeiro, uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital. Com efeito, o rápido crescimento da economia brasileira, a intensificação das atividades exportadoras e, consequentemente, a integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional, exigiam uma nova organização do espaço (aí incluído o espaço urbano de sua capital), condizente com esse novo momento de organização social. Este momento, que se iniciara em 1894, quando a oligarquia cafeeira retomou o poder político, cristalizou-se durante a administração Rodrigues Alves, que indicou para o cargo de Prefeito do Distrito Federal um dos responsáveis pelo antigo plano da Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, jamais implementado: Francisco Pereira Passos. O Prefeito Passos comandou, então, no curto período de quatro anos a maior transformação já verificada no espaço carioca até então, um verdadeiro programa de reforma urbana. (Abreu, 2013, p. 59 e 60)

Os grandes fatores legitimadores desses planos e obras foram os discursos higienistas sobre a necessidade de saneamento e erradicação de epidemias no Rio de Janeiro, baseado nas ideologias de Oswaldo Cruz e executado por meio de leis rígidas e da repressão por meio das Brigadas Sanitárias (Silva, 2019). Deve-se atentar para a dimensão racista do higienismo aplicado no Brasil no início do XX, que dialogava com teorias eugenistas, determinismos geográficos eurocêntricos e outras vertentes racistas de um pensamento que se utilizava de discursos supostamente científicos.

Enfim, o poder público queria dar conta das demandas espaciais relativas à produção e ao consumo nos moldes capitalistas da era industrial, o que incluía agilizar o processo de circulação de mercadorias na cidade do Rio de Janeiro, o que supostamente se refletiria para todo o país. Para isto, os planos de Rodrigues Alves e Pereira Passos contemplavam a modernização da zona portuária e, ao mesmo tempo, o alargamento e “embelezamento” de avenidas e ruas da área central para que esta se tornasse um espaço convidativo ao consumo em lojas e boutiques. Do ponto de vista simbólico, era preciso criar a imagem de uma capital republicana e moderna dentro dos moldes cosmopolitas europeus, que expressasse o poder da elite econômica e política do país que era o maior produtor de café do mundo. Com estes objetivos, era preciso apagar o máximo possível da área central as suas características coloniais, ou seja, suas ruas estreitas e sombrias, assim como os costumes herdados do período anterior, impondo sobre o espaço urbano uma forma, estética e determinado ideal de civilidade burguesa.

Como justificativa para a execução a toque de caixa de obras públicas de tal magnitude, se ativaram razões sanitárias ou moralistas, sendo proibido

a ordenha de vacas leiteiras em via pública, a venda de vísceras nas ruas, a vadiagem de cães, a mendicância, o ato de cuspir e urinar nas ruas. (Silva, 2019, p. 8)

Também era necessário estratificar socialmente o espaço urbano, induzindo a classe trabalhadora a se mudar da área central para os subúrbios através das remoções ou da pressão econômica pelo aumento do custo de reprodução da vida. Por outro lado, os estratos sociais mais abastados da classe que não detinha o controle dos meios de produção e a burguesia teriam ao seu alcance mercadorias imobiliárias de maior valor, em localidades com obras de infraestrutura urbana já realizadas e, por vezes, próximas do mar.

Para além dos desenhos e obras, a cargo de engenheiros e arquitetos, também foram criados instrumentos jurídicos e financeiros para viabilizar a realização do projeto urbano, tais como a “nova lei de desapropriações, a alteração da lei orgânica do distrito federal, o arrocho fiscal, a centralização administrativa e a nova lei de regulamento de obras” (Silva, 2019, p. 7). A partir do momento que as obras se iniciaram no ano de 1902, começou a ser executado o plano de recuo progressivo de edifícios e a uniformização dos planos de alinhamento das ruas da cidade. A abertura de ruas demandou a demolição de inúmeras casas que serviam de residência às populações pobres das freguesias do centro da cidade, atingindo principalmente os bairros operários (Abreu, 2013). No escopo do que ficou conhecido como *política do bota-abaixo*, demoliu-se uma série de grandes cortiços onde vivia a maior parte da população pobre e que haviam sido proibidos anteriormente de sofrer reparos por lei municipal (Rocha, 1995). Enfim, estas obras de alargamento de ruas e abertura de novas artérias “destruiu os bairros operários, habitados pelos proletários, e os armazéns e trapiches dos bairros marítimos, numa extensão de aproximadamente 13 hectares” (Abreu, 2013, p. 65 e 66). Assim era inaugurado o período que Oswaldo Porto Rocha (1995) definiu como *A Era das Demolições*. Parte da população pobre desalojada se viu forçada a morar com outras famílias ou migrar para os subúrbios, já que poucos projetos de habitações populares foram construídos pelo Estado em substituição aos que foram destruídos, enquanto que outra parte da população removida ocupou as encostas dos morros na região central, pela necessidade de morar próximo aos postos de trabalho (Abreu, 2013). Enfim, ainda de acordo com Abreu (2013),

a Prefeitura desapropriava mais prédios do que aqueles necessários para o alargamento das ruas. Visava com isso a venda dos terrenos remanescentes (e agora valorizados) após o término das obras, ressarcindo-se assim de grande parte dos seus custos. (p. 61)

O mais famoso eixo da chamada Reforma Urbana Pereira Passos foi a abertura da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, entre os anos de 1904 e 1905, na qual foram demolidas entre duas ou três mil casas onde viviam muitas famílias (Abreu, 2013). Em seu lugar foram construídos prédios de escala monumental como o Teatro Municipal, a Escola de Belas Artes, a Biblioteca Nacional e o Supremo Tribunal, para além de edifícios comerciais e da administração pública. Outra abertura de via de grande porte foi a obra da Avenida Beira-Mar, que visava facilitar a conexão entre Zona Sul e Centro, privilegiando assim as elites que começavam a migrar para a região mais próxima do mar.

Menos famosa que a abertura da Avenida Central foi a obra de modernização e ampliação do porto do Rio de Janeiro, sob responsabilidade técnica do engenheiro Francisco Bicalho. Para a expansão da área do porto, necessária para o aumento do espaço destinado ao tráfego de carga e descarga, aterrou-se uma parcela da área com material proveniente do desmonte parcial do Morro do Castelo, que levou a remoção de residências populares que se localizavam na vertente demolida (Da Silva Oliveira, 2019). Naquele período, a questão sanitária foi usada pelo poder público como justificativa para demolição parcial Morro do Castelo e total do Morro do Senado, alegando-se que esses morros impediam a circulação do ar na região e assim produziam "miasmas" prejudiciais à saúde que supostamente disseminavam doenças mortais através dos ventos (Da Silva Oliveira, 2019).

Sobre as obras de modernização do porto do Rio de Janeiro, Abreu (2013) apontou que sua importância econômica foi fundamental pois foram eliminados os entraves à circulação de mercadorias, com o objetivo de integrar efetivamente o Brasil na nova divisão internacional do trabalho. Sobre a conexão entre as obras de abertura de avenidas no coração do centro e a modernização do porto do Rio de Janeiro, Nicolau Sevcenko (2013) apontou o seguinte:

O espaço das docas era muito pequeno para armazenar os artigos que se destinavam ao mercado nacional, assim como ao internacional. Os produtos deveriam ser levados para os entroncamentos ferroviários, que ligavam o Rio de Janeiro aos quadrantes do país, em coordenação com a navegação de cabotagem. Mas as ruas da cidade ainda eram vielas coloniais, estreitas, tortuosas, escuras, com declives acentuadíssimos. O tráfego dos veículos que começavam a ser usados nessa atividade, como carroças, charretes e carrinhos de mão, se embarçava nessa rede confusa de ruelas. Em suma, a cidade, com desenho e proporções coloniais, não era mais compatível com a função de grande metrópole que a atividade febril do porto lhe impingira. E de nada adiantaria reformar, ampliar e modernizar o porto, se a cidade continuasse tolhendo a possibilidade de movimentação das mercadorias com rapidez, desembarço e em grande volume. Ou seja, o projeto de melhoramento do porto era indissociável de um outro, muito mais ambicioso, mais drástico e de terríveis consequências sociais: o de remodelação urbana do Rio de Janeiro. (p. 31 e 32)

Em suma, a *Reforma Urbana Pereira Passos* representou o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o espaço urbano no Brasil do século XX, reorganizando a cidade do Rio de Janeiro para atender as demandas econômicas e ideológicas da burguesia em novas formas que “*não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade*” (Abreu, 2013, p. 63). Assim, parte da população pobre e negra que foi expulsa da área central se instalou nos subúrbios, que era a área planejada para ser ocupada pela classe trabalhadora nas margens da linha do trem. Contraditoriamente, e contrariando a distribuição espacial almejada pelo planejamento estatal, um dos efeitos da *Reforma Urbana Pereira Passos* foi a expansão da favelização no Rio de Janeiro. Sabe-se que a ocupação das favelas na cidade remonta a períodos anteriores à chamada “reforma urbana” (Valladares, 2005). No entanto, a aceleração do crescimento das favelas e sua expansão para diversas áreas da cidade pode ser creditado ao impacto das referidas obras na área central, que além de destruir as edificações onde a população mais pobre residia, acabou por aumentar o valor das que permaneceram por força da escassez de oferta e grande procura. Sobre esta nova contradição nascente, Abreu (2013) concluiu que

Finalmente, o período Passos também se constitui em exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições para o momento de organização social que surge. E a partir daí que os morros situados no centro da cidade (Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros), até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados, dando origem a uma forma de habitação popular que marcaria profundamente a feição da cidade neste século – a favela. (p. 66)

Pereira Passos foi considerado, com justiça, o “Haussmann Tropical” (Benchimol, 1992), por reproduzir o modelo autoritário e segregador de urbanismo proposto por Haussmann em Paris no século XIX. Segundo Porto (2017), Haussmann influenciou diretamente os planos executados no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras como Belém e Salvador, onde se reproduziu o modelo de “*ruas largas e retas, áreas verdes, elitização da cidade, substituição do ‘velho pelo novo’, e saneamento*” (p. 2714). Finalmente,

Em 1906, com o término da administração de Passos, chegava ao fim a era das demolições. Naquele chuvoso 15 de novembro, quando Rodrigues Alves e seus auxiliares diretos inauguravam oficialmente a avenida Central, 1681 habitações haviam sido derrubadas, quase vinte mil pessoas foram obrigadas a procurar nova moradia no curto espaço de quatro anos. (Rocha, 1995, p. 69)

A Revolta da Vacina (1904) e sua relação com a *Reforma Urbana Pereira Passos*

A Revolta da Vacina, ocorrida no Rio de Janeiro em 1904, é frequentemente interpretada somente como uma reação à obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, imposta pelo presidente Rodrigues Alves e organizada pelo médico Oswaldo Cruz. No entanto, ao analisarmos o fenômeno de forma mais aprofundada, percebemos que a campanha de vacinação foi implementada no contexto da *Era das Demolições*. Nesse cenário de crescente insatisfação da população pobre, a forma autoritária da campanha de vacinação de Oswaldo Cruz foi o estopim da revolta, que culminou em 5 dias de violentos confrontos nas ruas entre a população e os aparelhos repressivos do Estado. Esses distúrbios evidenciaram as tensões sociais exacerbadas pelas políticas públicas de urbanização em curso e o descontentamento da população mais vulnerável com as chamadas “reformas”. Sobre esse tema, Nicolau Sevcenko (2013) explicou que

A Revolta da Vacina, ocorrida num momento decisivo de transformação da sociedade brasileira, nos fornece uma visão particularmente esclarecedora de alguns elementos estruturais que preponderaram em nosso passado recente – repercutindo até mesmo nos dias atuais. A constituição de uma sociedade predominantemente urbanizada e de forte teor burguês no início da fase republicana, resultado do enquadramento do Brasil nos termos da nova ordem econômica mundial instaurada pela Revolução Científico-Tecnológica (por volta de 1870), foi acompanhada de movimentos convulsivos e crises traumáticas, cuja solução convergiu insistentemente para um sacrifício crucial dos grupos populares. (Sevcenko, 2013, p. 7)

Esses confrontos entre a classe trabalhadora e os aparelhos repressivos do Estado ocorreu na aurora dos primeiros grandes projetos e obras urbanísticas do século XX, onde a forma barricada se manifestou como artifício da população revoltada no combate urbano contra a

polícia e as forças armadas. Esta resistência popular, que teve como saldo dezenas de mortos e centenas de feridos, presos e exilados, se utilizou de barricadas como instrumento de defesa nos combates urbanos, sendo construídas inclusive com elementos extraídos da infraestrutura urbana recém-instalada pelas obras de “modernização” e “embelezamento” nos moldes europeus. Isto representa mais um capítulo da luta de classes no Brasil,

numa das mais pungentes demonstrações de resistência dos grupos subalternos do país contra a exploração, a discriminação e o tratamento espúrio a que eram submetidos pela administração pública nessa fase da nossa história. (Sevcenko, 2013, p. 8)

Conforme explicado anteriormente, a chamada Reforma Urbana Pereira Passos durou entre os anos de 1902 e 1906, mesmo período onde ocorreram as medidas do médico sanitarista Oswaldo Cruz que culminaram com a campanha de vacinação contra a varíola, estopim da revolta. O objetivo de Oswaldo Cruz era erradicar as epidemias de febre amarela, peste bubônica e varíola que afligiam a cidade do Rio de Janeiro. A primeira campanha foi contra a febre amarela, em 1903, controlada através da eliminação do mosquito vetor da doença. O combate à doença se dava “*pela persuasão, tentando mobilizar e conscientizar a opinião pública; e pela repressão, por meio das Brigadas Sanitárias e de leis rígidas*” (Silva, 2019, p. 5). No ano de 1904 se iniciou a campanha para erradicar a peste bubônica, através do extermínio dos ratos, vetores dessa doença, e do recolhimento do lixo que servia de alimento e abrigo para os ratos. Ainda no ano de 1904 foi iniciada a campanha nacional contra a varíola, que seria combatida com a vacinação obrigatória da população. A campanha contra a febre amarela e a peste bubônica deu bons resultados, enquanto que a campanha contra a varíola, como veremos a seguir, não prosperou devido à forte rejeição popular (Silva, 2019).

A aprovação da lei nº 1.261 em 31 de outubro de 1904 e a sua regulamentação em 9 de novembro do mesmo ano foi o que detonou a Revolta da Vacina. A lei tornava obrigatória a exigência de comprovantes de vacinação contra a varíola para realizar matrículas em escolas, obtenção de empregos, emissão de certidões de casamento e autorização para viagens, prevendo também multas para as pessoas que resistissem à vacinação. Isto posto, somado ao clima de revolta popular contra as demolições e remoções das populações pobres das áreas centrais da cidade enquanto que estas eram “embelezadas” para usufruto das classes mais abastadas, detonou-se no dia 10 de novembro de 1904 furiosas agitações populares.

Grandes ajuntamentos tomaram a rua do Ouvidor, a praça Tiradentes e o largo de São Francisco de Paula, onde oradores populares vociferavam contra a lei e o regulamento da vacina, instigando o povo à rebeldia. A polícia, informada e com determinações expressas de proibir e dispersar quaisquer reuniões públicas, tratou de prender os oradores improvisados, sofrendo a resistência da população, que a atacava a pedradas. Naquele momento, toda a Brigada Policial é posta de prontidão, e é enviado um contingente de grandes proporções para patrulhar ostensivamente a área central do Rio de Janeiro. As autoridades civis são alertadas e a força policial é orientada para agir prontamente e com desembaraço contra quaisquer ameaças à ordem pública e à rotina da cidade. A noite do dia 10 caiu sob uma atmosfera de tensão e insegurança, prenúncio dos horrores que estavam por vir. (Sevcenko, 2013, p. 14)

A situação fugia do controle do Estado, se deflagrando intenso combate nas ruas entre a população revoltosa e a polícia. De acordo com Scevcenko (2013), a partir de pesquisa documental em jornais da época,

Aproveitando-se das reformas então em curso para a abertura da avenida Passos e da avenida Central (atual avenida Rio Branco), os populares se armaram de pedras, paus, ferros, instrumentos e ferramentas contundentes e se atracaram com os guardas da polícia. Esta, por sua vez, se utilizava sobretudo de tropas de infantaria, armadas de carabinas curtas, e de piquetes de lanceiros da cavalaria. A população acuada se refugiava nas casas vazias que cercavam os locais em obras e se metia pelos becos estreitos, onde uma ação militar coordenada se tornava impossível. O barulho do combate era ensurdecedor: tiros, gritos, tropel de cavalos, vidros estilhaçados, correrias, vaías e gemidos. O número de feridos crescia de ambos os lados, e a cada momento chegavam novos contingentes de policiais e de amotinados ao cenário disperso da escaramuça. (p. 16)

O conflito transcorreria de forma cada vez mais encarniçada e acirrada durante os dias seguintes, de forma que a população revoltosa começaria finalmente a se utilizar das barricadas como ferramenta nos combates nas ruas:

Nos três dias seguintes, a rebelião ganharia um vigor inimaginável, prorrompendo a legião dos amotinados numa fúria incontida contra praticamente todos os veículos que se achavam nas ruas centrais da cidade, destruindo todas as lâmpadas da iluminação pública, arrancando os calçamentos das ruas, onde eram erguidas verdadeiras redes de barricadas e trincheiras interligadas, assaltando delegacias e repartições públicas, redistribuindo armas, querosene e dinamite roubados da polícia ou das casas de comércio, mas não raras vezes presenteados pelos pequenos lojistas, que colaboravam ativamente com o movimento. As autoridades perderam completamente o controle da região central e dos bairros periféricos, como a Saúde e a Gamboa, densamente habitados por grupos populares. As tropas eram sumariamente expulsas dessas áreas, por mais que as assaltassem armadas até os dentes e em perfeita ordem-unida. Os becos, as demolições, as casas abandonadas, a topografia acidentada da cidade, tudo propiciava aos insurretos a oportunidade de mil armadilhas, refúgios e tocaias. (Scevcenko, 2013, p. 17)

Sobre esses confrontos no espaço urbano, Sevcenko (2013) descreveu a dificuldade do avanço policial nas estreitas ruas do centro e também como a própria infraestrutura de transporte foi usada como barricada, de forma que os bondes eram virados e, por vezes, incendiados e, somados a carroças e outros elementos disponíveis, se transformaram em barricadas (Figura 1 e 2).



Figura 01: Barricada no bairro da Gamboa, durante a Revolta da Vacina (1904). Fonte: Sevcenko, 2013, p. 17.

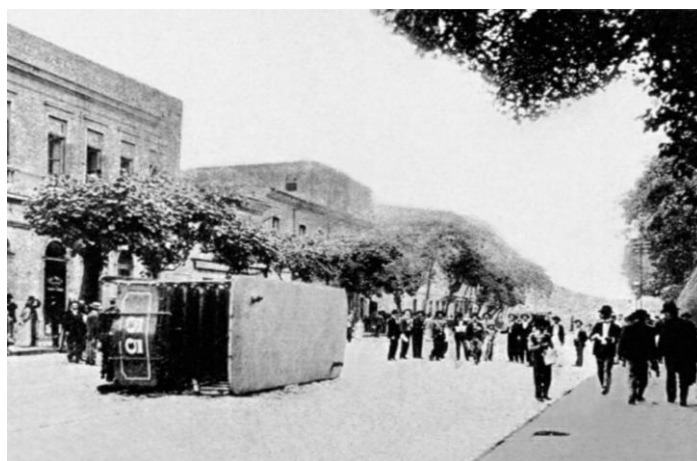


Figura 02: Bonde virado na área do Centro, durante a Revolta da Vacina (1904). Fonte: Sevcenko, 2013, p. 21.

De acordo com Sevcenko (2013), o governo só conseguiu sufocar a insurreição após lançar mão de todos os recursos militares disponíveis para reprimir a população revoltosa. Visto que a polícia não estava sendo bem sucedida nos combates nas ruas, forças militares do Exército e da Marinha foram enviadas, mas não conseguiram controlar a situação; armaram então todo o Corpo de Bombeiros e enviaram para o confronto, sem sucesso; por fim, ordenou-se o bombardeio por navios de guerra dos bairros e regiões costeiras conflagradas pela revolta; por fim, com o apoio da Guarda Nacional, a Revolta da Vacina seria então encerrada. Disto resultou que

A cidade ressurge da revolta irreconhecível. Calçamentos revolidos, casas ruínas, janelas estilhaçadas, portas arrombadas, trilhos arrancados, restos de bondes, carros e carroças calcinados nas ruas, crateras de dinamite e petardos, ruínas de prédios incendiados, lâmpadas quebradas, postes, bancas, relógios e estátuas arrancadas, trincheiras improvisadas dos mais variados materiais, barreiras de arame farpado, perfurações de bala por toda parte, manchas de sangue, cavalos mortos, cinzas fumegantes. Um número incalculado de mortos e feridos, perdas e danos materiais inestimáveis, uma atmosfera geral de terror que se faria sentir até dois anos mais tarde. Um memorialista

considerou este como “*o levante popular, o mais indomável de que já fora palco a capital da República*”. (p. 27 e 28)

Finda a Revolta da Vacina, ficaram relatos da época sobre como bairros inteiros foram ocupados pela população revoltosa e se tornaram centros de sua autodefesa militar por conta de suas características urbanas e geográficas, em bairros situados em morros de estreitas ladeiras. Um exemplo disto é no Morro da Saúde: liderados por Horácio José da Silva, estivador e capoeirista mais conhecido como Prata Preta, os moradores do local construíram barricadas que chegavam a 1,50m de altura, utilizando para a sua construção elementos da infraestrutura urbana tais como pedras do calçamento da rua, trilhos dos bondes, postes de iluminação pública, ralos de sarjeta, assim como troncos de árvore, madeiras de casas demolidas e sacos de areia. O Morro da Saúde permaneceu intransponível até o ponto onde o Estado usou de desproporcional força militar contra sua própria população (Scevcenko, 2013).

Enfim derrotadas as barricadas da população revoltosa após 5 dias de intensos confrontos, restou a cidade que, ainda que sob escombros, havia dissolvido a insurreição. Nesta cidade, agora aburguesada e embelezada nos moldes de Paris, seriam consolidadas algumas tendências espaciais segregadoras que perduram até hoje. Sobre esta configuração socioespacial posterior à Reforma Urbana Pereira Passos e à Revolta da Vacina, Scevcenko (2013) concluiu que:

Essa separação ética dos corpos, corpos rebeldes, corpos doentes, corpos sãos, preconizava e era simétrica a uma nova divisão geográfica da cidade. Nela, igualmente, desde o início do século, como vimos, a homogeneidade original dava progressivamente lugar a uma discriminação dos espaços. A enorme massa popular dos trabalhadores, subempregados, desempregados e vadios compulsórios foi sendo empurrada para o alto dos morros, para as áreas pantanosas e para os subúrbios ao longo das estradas de ferro e ao redor das estações de trem. Nesse espaço, aproveitando as facilidades de transporte e a oferta maciça de força de trabalho, instalou-se também o parque fabril que circunda a cidade. O Centro, por sua vez, tornou-se o foco de toda agitação e exibicionismo da burguesia arrivista: seu pregão, sua vitrine e seu palco. A Zona Sul, beneficiada pelos investimentos prioritários das autoridades municipais e federais, se constituiu no objeto de uma política de urbanização sofisticada e ambiciosa, voltada para os poderosos do momento, que encheu de vaidade os novos-ricos e de lucros os especuladores. (p. 56 e 57)

Considerações finais

A Reforma Urbana Pereira Passos representou um marco na história dos projetos urbanos no Brasil ao inaugurar uma intervenção estatal maciça e centralizada sobre a cidade, orientada pelas demandas da acumulação capitalista e por um ideal burguês de modernidade. Embora legitimada por argumentos sanitários e civilizatórios, a reforma operou por meio de demolições em larga escala, remoções forçadas e reordenamento seletivo do espaço urbano, expulsando a população pobre e negra das áreas centrais valorizadas e reforçando a segregação socioespacial racista que perdura até os dias atuais. Nesse sentido, a modernização do Rio de Janeiro implicou a separação das classes sociais e das populações racializadas no espaço urbano em territórios diferentes.

A Revolta da Vacina evidenciou os limites e contradições desse projeto modernizador, ao revelar a resistência popular diante da combinação entre autoritarismo estatal, higienismo racializado e precarização das condições de vida. As barricadas erguidas com os próprios elementos da infraestrutura recém-implantada simbolizam a apropriação conflitiva do espaço urbano pela população negra e pobre excluída do projeto modernizador. Ao final, tanto a reforma quanto a revolta contribuíram para consolidar padrões de segregação que se perpetuaram ao longo do século XX, como a hierarquização territorial entre centro, subúrbios e Zona Sul e a expansão das favelas. Assim, compreender esse período é fundamental para analisar as raízes históricas das profundas desigualdades socioespaciais que organizam a produção do espaço urbano do Rio de Janeiro contemporâneo.

Referências

- ABREU, Maurício de. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- BENCHIMOL, Jaime. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- CARVALHO, Lia de Aquino. **Habitações Populares**. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, 1995.
- DA SILVA OLIVEIRA, Patrícia. Remoções no Rio de Janeiro do século XIX e o processo de segregação socioespacial. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 16., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2019. p. 2279-2298.
- DEL BRENNA, Giovanna. **Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão**. Rio de Janeiro: Index, 1985.
- PORTO, Aline et al. A influência “haussmanniana” nas intervenções urbanísticas em cidades brasileiras. In: Encontro Latino-Americano de Pós-graduação, 7., 2007, São José dos Campos. **Anais [...]**. São José dos Campos: Universidade do Vale do Paraíba, 2007. p. 2714-2717.
- ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.
- SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- SILVA, Mayara. Algumas considerações sobre a Reforma Urbana Pereira Passos. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. v. 11, p. e20180179, p. 1-12, 2019.
- VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: do mito de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.